

Proposta de Resolução: Usos que independem de outorga

Luciano Meneses
Gerente de Outorga

XXXI Reunião Ordinária do CNRH
Brasília-DF, 06 junho de 2014



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

- Estabelece diretrizes gerais e critérios para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes ...

- Tema parcialmente regulamentado pelo CNRH na Resolução 16/2001 (art. 5º, Parágrafo único)

*“Os critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água consideradas insignificantes serão estabelecidos nos planos de recursos hídricos, devidamente aprovados pelos correspondentes comitês de bacia hidrográfica ou, na inexistência destes, pela **autoridade outorgante**” (grifo nosso)*

•A proposta de resolução está dividida em 11 artigos que tratam:

- ✓ Da competência para definição de critérios específicos
 - Recepção o art. 38, inciso V, da Lei nº 9.433/97 (Competência dos Comitês de Bacia)
 - Reforça a provisoriedade dos critérios definidos pelas autoridades outorgantes
- ✓ Da necessidade de emissão de **Declaração de Regularidade de Uso de Recursos Hídricos**
 - Benefícios legais aos usuários
- ✓ Da proporcionalidade entre o porte do corpo hídrico e os limites quali-quantitativos que independem de outorga
 - Percentual da vazão de referência

- ✓ Da mudança de critérios específicos quando se tratar de corpos hídricos críticos
 - Poderá passar a depender de outorga
- ✓ De dois casos específicos de usos de recursos hídricos:
 - Situações emergenciais de interesse público (será insignificante)
 - Usos de curta duração (poderá ser considerado insignificante)
- ✓ Observância à Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010)
 - Mesmo barragens pequenas poderão ter significativo risco associado

✓ Da necessidade de cadastramento junto à autoridade outorgante

- Contabilização desses usos no balanço hídrico
- Condição para emissão da Declaração de Regularidade de Uso de Recursos Hídricos

✓ Sujeição às ações de fiscalização e penalidades correspondentes

- Está dispensado apenas da outorga, mas não das suas obrigações como usuário de recursos hídricos